

As primeiras décadas de atuação da Polícia Militar no litoral do Paraná: Da emancipação Política ao final do Período Imperial (1854-1889)

Fernando Mendes Coelho¹

RESUMO: A historiografia a respeito da Força Policial no Paraná na segunda metade do século XIX é escassa, sobretudo no interior e litoral do Estado. Diante desta questão, o esforço em propor uma historiografia da região litorânea que compreende os anos de 1854 a 1889 é necessária para reconstruir não só aspectos da aplicação da força policial, mas também de resgatar elementos que corroboram para contextualizar a segurança pública em um período que carece de produções historiográficas locais. Perante este desafio, proponho um recorte temporal que marca a criação da Polícia Militar do Paraná no ano de 1854 com a Lei Provincial nº7 de 10 de agosto, até o final do período Imperial no Brasil em 1889. Este recorte permite identificar a dinâmica e estruturação dos primeiros anos da Força Policial no Paraná e suas correlações com o contexto nacional e regional, permitindo uma análise documental que compreende dimensões locais e nacionais.

Palavras-chave: Litoral do Paraná; Força Policial; Polícia Militar do Paraná; História da Polícia Militar.

ABSTRACT: The historiography about the Police Force in Paraná in the second half of the 19th century is scarce, especially in the interior and coast of the State. Faced with this issue, the effort to propose a historiography of the coastal region that comprises the years from 1854 to 1889 is necessary to reconstruct not only aspects of the application of the police force, but also to rescue elements that corroborate to contextualize public security in a period that lacks local historiographical productions. Faced with this challenge, I propose a time frame that marks the creation of the Military Police of Paraná in 1854 with Provincial Law nº 7 of August 10, until the end of the Imperial period in Brazil in 1889. This clipping allows us to identify the dynamics and structuring of the first years of the Police Force in Paraná and its correlations with the national and regional context, allowing a documental analysis that includes local and national dimensions.

Keywords: Coast of Paraná; Police Force; Military Police of Paraná; History of the Military Police.

Introdução

A proposta principal do artigo é resgatar a história das primeiras décadas de atuação da Polícia Militar do Paraná no Litoral do Estado. Para compreender tal objetivo, o recorte temporal compreendido

¹ Soldado da Polícia Militar Paraná, lotado no 9ºBatalhão de Polícia Militar (Litoral). Graduado em Economia pela UFPR (2009); Licenciado em História pela UNESPAR (2016); Especialista em Metodologia de Ensino na Educação Superior UNINTER (2017); Mestre em História pela UFPR (2019) e doutorando em História pela UFPR (2019-). Currículo Lattes disponível em <http://lattes.cnpq.br/5388337427306850>.

será do ano de 1854 a 1889. Os marcos históricos são a criação da Polícia Militar do Paraná, chamada na época provincial de Força Policial, criada pela Lei nº7 de 10 de agosto de 1854, promulgada pelo Presidente da Província Zacarias Goes de Vasconcelos, até o ano de 1889 quando foi proclamada a República no Brasil. Com a Proclamação da República, o Paraná passa a ser considerado um Estado brasileiro, encerrando o Período Provincial. Historiograficamente o artigo ocupa-se do recorte que vai da Emancipação Política do Paraná até a Proclamação da República do Brasil, demonstrando que aspectos políticos e conjunturais influenciaram na formação da Força Policial Estadual do Paraná, pois, a Lei nº7 de 1854 só foi possível em virtude do processo de emancipação política, e ao longo das primeiras décadas da sua atuação, a Força Policial do Paraná convivia com tensões internas através dos arranjos populacionais que envolviam indígenas, escravidão e chegada de imigrantes, tensões políticas pela criação de novos municípios e ocupação de terras, e também externas com a Guerra do Paraguai entre 1864 a 1870. Diante destas questões contextuais, o foco de análise partirá de questões macro (a nível do Estado) para micro (a nível da região do litoral). Busco reconstruir a atuação da Força Policial no Litoral do Paraná passando dos dados Estaduais para os Locais, bem como perceber quais eram os perfis de ocorrências atendidas nestas primeiras décadas de implantação. As inferências tornam-se possíveis considerando o uso de documentos oficiais extraídos através do Arquivo Público do Paraná, por meio de relatórios provinciais, leis provinciais e do Mapa da Força Policial do Estado. O diálogo entre as fontes permite reconstruir o ambiente histórico e a atuação da Força Policial no Litoral do Paraná durante a segunda metade do século XIX.

O contexto histórico da Emancipação Política do Paraná (1853) e da criação da Força Policial da Província (10 de agosto de 1854).

Para organizar a discussão do ponto a respeito do processo de emancipação política do Paraná, realizei a busca em material historiográfico, servindo como base os textos de Ruy Wachowics em capítulo sobre o tema na obra História do Paraná (2001), assim como no trabalho História do Paraná (séculos XIX e XX) publicado no ano de 2012, de autoria de Ângelo Priori et al. Outros trabalhos historiográficos também abordam o assunto, como a obra de João Borba Camargo, intitulada História do Paraná: 1500-1889, publicada no ano de 2004. É possível obter informações, porém, através de um recorte mais específico aos municípios de Paranaguá e Curitiba na dissertação de Mestrado de Caroline Silva Severino, chamada A dinâmica do poder e da autoridade na Comarca de Paranaguá e Curitiba (2009). Complexificam a análise outros trabalhos como o de Ricardo da Costa Campinas, o qual faz parte de uma coletânea por Rita Inocêncio e outros autores, que tem como título Paraná, espaço e memória: diversos olhares histórico-geográficos (2005). O texto de Ricardo da Costa Campinas contribui para pensar a emancipação política e as alternativas de poder, oriundas de um processo complexo que reuniu uma série de elementos internos ao Paraná e externos ao Brasil que se correlacionavam impactando nas decisões a respeito da emancipação política do Paraná dentro do processo histórico. Outras informações a respeito do tema são encontradas em meios virtuais estaduais, e com característica oficial, como no site da Secretaria de Estado e Cultura do Paraná. O volume quatro

da Coleção História do Paraná, publicada pelo Governo do Estado no ano de 2001 traz o texto de Marion Brephol de Magalhães, chamado Paraná: Política e Governo, o qual também contribui para a compreensão do momento político do século XIX que levou a constituição do processo de emancipação política do Estado.

Considerando o que foi posto, apresentarei cronologicamente as datas que são consideradas marcos dos movimentos emancipatórios do Paraná. Primeiramente o ano de 1811, logo após a chegada da família imperial ao Brasil, aglutinou-se na 5ª Comarca a possibilidade de pleitear junto à Dom João VI a emancipação do território. Para tal intento foi designado Pedro Joaquim Correa de Sá, representante da Câmara de Paranaguá para ir até o Rio de Janeiro. O esforço de interseção junto a Dom João VI falhou, tendo o pedido de emancipação negado. Um ano após ocorre uma mudança significativa que afetou as relações políticas internas da 5ª Comarca, isto é, Dom João VI assina uma modificação em que a capital passa a ser Curitiba e não mais Paranaguá. Internamente as elites de Paranaguá tiveram um descontentamento com a decisão. Em 1821 acontece a Conjura Separatista. A partir de 1815 o Brasil é levado a Reino Unido a Portugal e Algarves. Mudanças dentro da Europa durante as guerras napoleônicas, mudança de leis e a formação de constituições liberais impulsionaram novamente as elites políticas paranaenses a pleitearem a emancipação junto a Coroa. A conjura separatista não surtiu efeito, sendo que muitos membros foram punidos e presos pela tentativa forçada de emancipação.

A situação muda a favor do Paraná a partir do ano de 1835 com a eclosão da Revolução Farroupilha no Rio Grande do Sul, a qual rapidamente avançou sobre Santa Catarina, avançando rapidamente até o território paranaense, por outro lado em São Paulo aconteceu no ano de 1842 a Revolução Liberal de Sorocaba, impulsionada pelos ideais trazidos da Europa inspirados na Revolução Francesa. O Paraná encontrava-se no meio das duas revoluções. Neste contexto de pressões políticas e sociais, Dom Pedro II encontrou dificuldades em manter o território e os territórios ocupados pelos revoltosos. Desta forma, Dom Pedro II propõe um acordo entre o governo central e as pessoas que desejavam a emancipação política do Paraná. No acordo constava que a 5ª Comarca não deveria se envolver nestes processos revolucionários e cumprindo sua parte haveria todo um esforço do governo central em apoiar o desmembramento da 5ª Comarca em relação a São Paulo.

Em 1843 é apresentado o projeto de emancipação do Paraná na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, porém foi amargado mais um insucesso na tentativa de emancipar o território. Em 1853 ocorrem uma sequência de eventos que permitiram finalmente a emancipação política do Paraná. No dia 02 de agosto o projeto de emancipação foi aprovado para discussões. Em 29 de agosto o projeto foi sancionado por Dom Pedro II através da Lei nº704, cumprindo o que havia prometido em troca da promessa feita aos representantes da 5ª Comarca em relação ao não envolvimento com as revoltas de anos anteriores. Finalmente no dia 19 de dezembro ocorre a instalação da Província do Paraná na cidade de Curitiba, tendo como primeiro presidente Zacarias Goes e Vasconcelos. As primeiras medidas tomadas pela nova administração foram a construção de estradas para o melhoramento da infraestrutura e escoamento da produção e a divisão da província em três comarcas, sendo elas Curitiba, Paranaguá e Castro.

Foi um longo caminho até a emancipação política do Paraná, e diante da autonomia provincial uma das primeiras demandas foi criar uma Força Policial da Província, separada da Guarda Nacional

que já atuava no território paranaense. O processo de estruturação foi lento, havendo um distanciamento entre a lei que criou a força policial e sua devida organização e recrutamento de efetivo policial. No entanto, existia uma atenção especial e expectativas de rápida estruturação da Força Policial do Paraná, tendo em vista que uma das garantias da autonomia da província estava na organização de suas forças policiais subordinadas ao Presidente da Província, garantindo controle do Estado sobre seu território e sobre a população que se encontrava em ebulição em virtude das mudanças políticas e sociais pela qual passava a Província do Paraná. A Força Policial na sua criação apresentava como missão primordial garantir os poderes da província e se deparava com um Paraná em processo de organização demográfica, com grandes territórios ociosos que viriam a ser ocupados por imigrantes ao longo do século, possibilitando consequentemente a organização econômica através das fazendas de Erva Mate que se integravam ao Ciclo da Erva-mate que se iniciou em 1820 e durou até a primeira metade do século XX.

Quase um ano após a Emancipação Política do Paraná, Zacarias Goes de Vasconcelos promulga a Lei nº7 de agosto de 1864, criando a Polícia Militar do Paraná:

Assim surge legalmente a Força Policial da Província do Paraná, que futuramente passou a ser chamada de Polícia Militar do Paraná. A grande maioria da população a ser atendida pela Força Policial concentra-se na região litorânea do Paraná e no planalto de Curitiba, e, na medida em que analisamos o interior do Estado é perceptível que as cidades, vilas e ocupações estão mais fragmentadas no território, dificultando o acesso do efetivo e a estruturação da Força Policial no interior. Como forma de visualizar a área de atuação da Força Policial Provincial reproduzo um mapa datado do ano de 1885, período que compreende o recorte temporal adotado neste artigo:

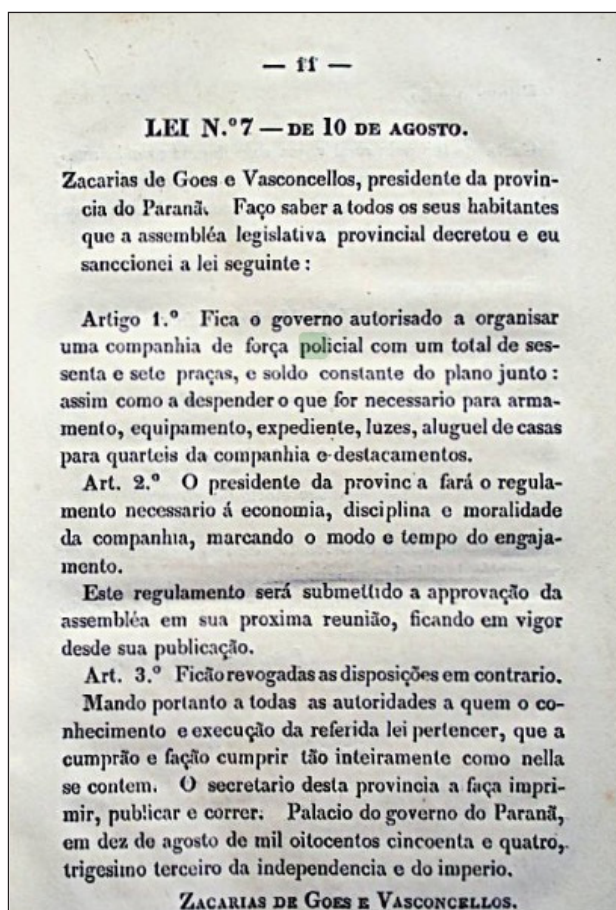
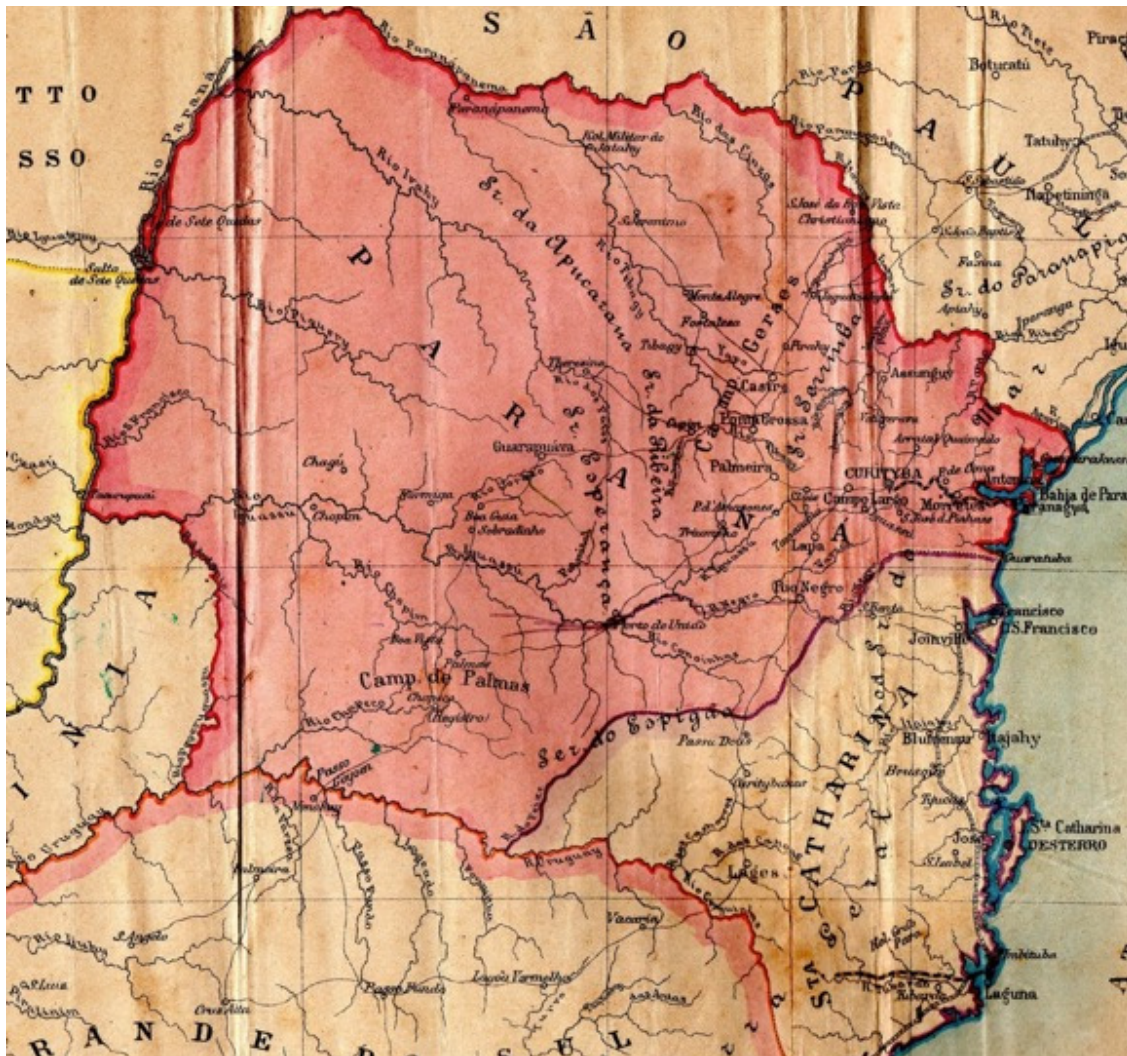


Imagem 1: Lei nº7 de 10 de agosto de 1864
Fonte: Leis Provinciais (Arquivo Público do Paraná)



Mapa 1: Província do Paraná no ano de 1885
Fonte: Carta da República dos Estados Unidos do Brasil.

Compartilhavam a responsabilidade da segurança pública com a Força Militar a Guarda Policial comandado por um delegado e a Guarda Nacional. Não abordo ao longo do artigo estas outras forças tendo em vista que meu objetivo no artigo é dar enfoque para a Força Militar, que posteriormente veio a ser chamada de Polícia Militar do Paraná. Como forma de ilustrar, mas sem os devidos aprofundamentos, reproduzo como eram divididas as linhas de atuação policial na Província, divididas em 3 partes.

FORÇA PUBLICA.

Considerando a força publica dividida em 3 partes— primeira linha, policia, e guarda nacional —, de todas, ainda que somente a de policia seja de vossa alçada, passo a dar-vos alguns esclarecimentos, porque, na fixação da especie de força sobre que legislaes, pode influir o conhecimento do estado das outras.

Imagem 2: A divisão da força pública em 3 partes
Fonte: Relatório do Presidente da Província de 15 julho de 1854

Feita as considerações historiográficas, geográficas e factuais, no próximo tópico aprofundo a análise sobre a Força Policial, primeiramente identificando a evolução do seu efetivo a nível de Paraná e posteriormente a nível de Litoral da Província.

A estrutura da Força Policial na Província do Paraná e no seu Litoral.

Este tópico tem como objetivo verificar a evolução do efetivo da Força Policial no Litoral do Paraná, no entanto, avalio primeiramente os planos provinciais de consolidação e crescimento do efetivo no Estado do Paraná. Lembrando que os planos muitas vezes não correspondem à realidade do efetivo, pois na fase inicial da criação da Força Policial muitos problemas logísticos e de recrutamento de praças e oficiais foram encontrados. Não é raro nos relatórios dos Presidentes da Província do Paraná reclamações referentes ao grande número de deserções e de poucos voluntários para assumir as funções demandadas. Desta forma, o primeiro esforço é fazer um compilado dos planos de evolução do efetivo da Força Policial no Paraná entre 1854 e 1889, posteriormente apresento a diferença entre a expectativa e realidade da aplicação do efetivo através dos reclames encontrados nos relatórios. Em um segundo momento aprofundo a análise para o Litoral do Estado, identificando o quantitativo de praças e oficiais aplicados no Litoral comparativamente com todo o Estado.

Na análise das fontes e dos “Mappas da Força”, onde se encontram as planilhas com o efetivo, algumas lacunas são identificadas, não sendo possível preencher os dados dos seguintes anos: 1862, 1863, 1864, 1870, 1883 e 1885. Desta forma, apresento o seguinte quadro:

EVOLUÇÃO DO EFETIVO DA FORÇA POLICIAL ENTRE 1854-1889 NO PARANÁ												
ANO / TOTAL	POSTO / GRAD											
	Tenente Coronel	Major	Capitão	Tenente	Alferes	1ºSargento	2º ditos	Furriel	Cabos	Cornetas / Músicos	Soldados	Total
1854	0	0	1	1	1	1	2	1	8	2/0	50	67
1855	0	0	1	1	1	1	2	1	8	2/0	50	67
1856	0	0	1	1	2	1	2	1	8	2/0	82	100
1857	0	0	1	1	2	1	2	1	6	2/0	134	150
1858	0	0	1	1	2	1	2	1	6	2/0	134	150
1859	0	0	1	1	2	1	2	1	6	2/0	134	150
1860	0	0	1	1	2	1	2	1	6	2/0	134	150
1861	0	0	1	1	2	1	2	1	6	2/0	104	120
1862	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1863	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1864	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1865	0	0	1	1	2	1	1	1	2	Feb-16	34	71
1866	0	0	1	1	2	1	1	1	2	Feb-16	42	79
1867	0	0	1	1	2	1	1	1	2	Feb-16	51	80
1868	0	0	1	1	2	1	1	1	2	Feb-16	51	80
1869	0	0	1	1	1	1	1	1	2	Jan-16	25	50
1870	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1871	0	0	1	1	1	1	2	1	8	Feb-16	100	117
1872	0	0	1	1	2	1	2	1	8	Feb-16	100	118
1873	0	0	0	1	2	1	2	1	5	Feb-16	60	75
1874	0	1	0	1	2	1	2	1	5	Feb-16	60	75
1875	0	1	2	2	5	3	5	2	10	Feb-20	150	182
1876	0	1	2	2	5	3	5	2	10	Feb-20	150	182
1877	0	1	2	2	5	3	5	2	10	Feb-20	150	182
1878	0	1	2	2	5	3	5	2	10	Feb-20	150	182
1879	1	0	0	2	4	4	4	2	10	Feb-20	150	180
1880	1	0	2	2	4	4	5	2	10	Feb-20	180	212
1881	1	0	0	3	5	4	5	2	10	Feb-20	180	210
1882	1	0	0	2	3	7	4	2	10	Feb-20	160	189
1883	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1884	1	0	0	1	3	3	4	-	12	1/-	125	150
1885	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1886	1	0	0	1	3	3	4	-	12	1/-	145	170
1887	1	0	0	1	3	3	4	-	12	1/-	145	170
1888	0	0	1	0	0	1	4	-	10	1/-	116	134
1889	0	0	1	0	0	1	4	-	10	1/-	116	134

Quadro 1: Evolução do efetivo da Força Policial entre 1854-1889

Fonte: Elaboração própria.

Na análise do quadro da evolução do efetivo da Força Policial do Paraná é perceptível o avanço no quantitativo entre 1854 e 1860, passando de 67 policiais em 1854 para 150 em 1860. Neste mesmo intervalo de anos o número de oficiais permanece praticamente constante variando entre três e quatro, nos postos de alferes, tenente e capitão. No ano de 1861 ocorre uma redução de 30 soldados, caindo de 134 em 1860 para 104 em 1861. A interpretação para esta queda corresponde aos problemas de recrutamento de praças nos primeiros anos de atuação da Força Policial em que a quantidade de deserções era grande, bem como a dificuldade de encontrar pessoas que se enquadrassem no regulamento militar da instituição, além dos baixos soldos oferecidos as praças e oficiais nos primeiros anos de estruturação da Força Policial do Paraná. Durante os anos de 1862 a 1864 não foram encontrados os “Mappas da Força” nos relatórios do Presidente da Província do Estado. Em 1865, quando a apresentação do “Mappa da Força” é retomada percebe-se a queda considerável do efetivo para 71 policiais, sendo apenas 34 soldados. Durante 1865 e 1870 o encolhimento da Força Policial do Paraná é motivada pelos esforços de enviar efetivo para combater na Guerra do Paraguai através dos Voluntários da Pátria. Os Voluntários da Pátria surgiram por meio de uma iniciativa do Império para reforçar as forças militares para comporem o Exército Brasileiro no conflito Sul-americano. Nesta fase, o momento mais crítico foi o ano de 1869, quando o conflito já perdurava há mais de 4 anos, reduzindo o efetivo total da Força Policial para apenas 50 homens em toda a Província do Paraná. No ano de 1870, quando marca o final da Guerra do Paraguai e conseqüentemente dos Voluntários da Pátria, não aparece o quantitativo do efetivo nos relatórios os dados do “Mappa da Força”. Em 1871 os dados voltam a aparecer, possivelmente em 1870 foi um ano de reestruturação da Força Policial, que passou por uma crise no seu efetivo e praticamente extinção de sua presença nas vilas e municípios da Província do Paraná. A década que compreendeu os anos de 1871 a 1881 marcou o crescimento do efetivo e a divisão da Força Policial em duas companhias para atender a província, passando de 117 policiais para 210. Após 1882 o efetivo oscila negativamente, caindo de 210 em 1881 para 134 em 1889. A década que compreende o declínio da Força Policial corresponde ao aumento de municípios e vilas adentrando o interior do território, sobretudo com as fazendas de Erva-mate e a colonização europeia com a vinda de imigrantes. Nesta última década do Brasil Império ocorreu um enfraquecimento do trabalho escravo, que já sofria tensões para sua abolição que veio de 1888. Eram comuns casos de fuga de escravos, havendo uma mudança da mão de obra escrava para o trabalho dos imigrantes nas fazendas.

Feitas as considerações sobre os dados do Quadro 1, continuo a investigação com a aproximação para o efetivo do Litoral do Estado. Busco evidenciar o quantitativo da força policial que atendia os municípios de Paranaguá, Morretes, Antonina, Guaratuba e Guaraqueçaba. Lembrando que nas configurações municipais do período analisado não existia o município ou vila de Pontal do Paraná (1995) e Matinhos (1938), que surgiram em décadas bem posteriores.

Os dados específicos em relação ao efetivo empregado em cada município do litoral apresentam muitas lacunas, não sendo possível verificar uma série de dados consistente nos primeiros anos de atuação da Força Policial. O que ocorre com os relatórios é a apresentação de números absolutos do efetivo, como foi possível preencher a totalidade do Quadro 1 com apenas algumas lacunas explicadas principalmente pelo período da Guerra do Paraguai, para os quadros seguintes separados por municípios, em que os dados se apresentam mais fragmentados. Diante disto, os números mais específicos para os municípios de Paranaguá, Morretes, Antonina e Guaraqueçaba são melhores

evidenciados após a criação da 2ª Companhia da Força Policial, desmembrada da Capital, mesmo assim existe carência quantitativa em relação à evolução do efetivo em tempos tão escassos de dados.

Apresento inicialmente o Quadro 2, com o respectivo efetivo do município de Paranaguá:

EVOLUÇÃO DO EFETIVO DA FORÇA POLICIAL EM PARANAGUÁ (1858-1886)								
ANO / TOTAL EFETIVO	POSTO / GRAD							
	Capitão	Tenente	Alferes	1º Sargento	2º Dito	Cabo	Soldado	Total
1858	0	0	1	0	1	0	20	22
1868	0	1	0	0	0	2	13	16
1870*	0	1	0	0	0	0	11	12
1873*	0	0	1	0	0	0	14	15
1874*	0	0	1	0	0	0	18	19
1875*	0	0	1	0	0	0	12	13
1876	1	0	0	0	1	0	20	22
1877	0	1	0	0	0	1	13	15
1878	0	0	1	0	1	0	14	16
1879	0	0	0	0	1	0	13	14
1880	0	0	0	1	0	0	12	13
1882	0	0	1	0	1	0	12	14
1884	0	0	0	0	0	1	11	12
1886	0	0	1	0	0	2	12	15

Quadro 2: Evolução do efetivo da Força Policial em Paranaguá (1858-1886)

Fonte: Elaboração própria.

*Apenas refere a quantidade de praças, sem especificar a graduação

Ao longo dos anos referenciados o efetivo policial em Paranaguá oscilou atingindo efetivo mínimo em 1870 e 1884 com 12 policiais e máximo nos anos 1858 e 1876 com 22 policiais atendendo o município. As flutuações podem ser explicadas em virtude do contexto macro do efetivo total do Estado, que também oscilou nestes intervalos principalmente com a redução geral do efetivo durante a Guerra do Paraguai. A partir de 1876 quando ocorreu um aumento do efetivo com posterior queda, a explicação recai na distribuição do efetivo nos municípios de Antonina e Morretes, que apresentaram um crescimento do efetivo inversamente proporcional à diminuição do efetivo de Paranaguá no decorrer da segunda parte da década de 70 do século XIX. Destaco que nos dados anteriores à 1875 não aparecem os quantitativos dos municípios de Antonina e Morretes, em que possivelmente o efetivo total do Estado estava concentrado em Paranaguá após a reestruturação geral do efetivo da Força Policial pós-Guerra do Paraguai.

Avançando para o município de Antonina, ocorre uma restrição ainda maior na qualidade dos dados quantitativos da tropa. Mesmo assim é possível estabelecer um quadro comparativo:

EVOLUÇÃO DO EFETIVO DA FORÇA POLICIAL EM ANTONINA (1858-1886)								
ANO / TOTAL EFETIVO	POSTO / GRAD							
	Capitão	Tenente	Alferes	1º Sargento	2º Dito	Cabo	Soldado	Total
1858	0	0	0	0	0	1	5	6
1875	0	0	0	0	0	0	6	6
1876	0	0	0	0	0	1	5	6
1877	0	0	0	0	0	1	5	6
1878	0	0	0	0	0	1	5	6
1879	0	0	0	0	0	1	1	2
1880	0	0	0	0	0	1	3	4
1882	0	0	0	0	0	1	4	5
1884	0	0	0	0	0	0	5	5
1886	0	0	0	0	0	0	8	8

Quadro 3: Evolução do efetivo da Força Policial em Antonina (1858-1886)

Fonte: Elaboração própria.

De acordo com os dados coletados, atendia o município de Antonina cabos e soldados, variando de 2 policiais em 1879 a 8 policiais em 1886. Verifica-se uma brusca diminuição de efetivo em 1879, caindo de 6 policiais para apenas 2. Não foi encontrado nas referências a causa desta queda, pois partir do ano que seguiu, 1880 o efetivo voltou a oscilar positivamente. Como se tratava de um efetivo muito reduzido, talvez a causa da queda tenha sido localizada, em que provavelmente os 4 soldados poderiam ter desertado em comum acordo. Em 1886 houve um aumento do efetivo de Antonina para 8 policiais.

Avanço a investigação para o município de Morretes, o qual atingiu o mínimo de policiais em 1858, 1875, 1876, 1877 e 1880 com 4 policiais, e máximo de 11 policiais em 1884. Os dados disponíveis demonstram uma relativa estabilidade no efetivo de Morretes até avançar a partir de 1884. Segue o Quadro 4:

EVOLUÇÃO DO EFETIVO DA FORÇA POLICIAL EM MORRETES (1858-1886)								
ANO / TOTAL EFETIVO	POSTO / GRAD							
	Capitão	Tenente	Alferes	1º Sargento	2º Dito	Cabo	Soldado	Total
1858	0	0	0	0	0	1	3	4
1875*	0	0	0	0	0	0	4	4
1876	0	0	0	0	0	1	3	4
1877	0	0	0	0	0	1	3	4
1880	0	0	0	0	0	1	3	4
1882	0	0	0	0	0	0	6	6
1884	0	0	0	0	0	1	10	11
1882	0	0	0	0	0	1	7	8

Quadro 4: Evolução do efetivo da Força Policial em Morretes (1858-1886)

Fonte: Elaboração própria.

* Apenas refere a quantidade de praças, sem especificar a graduação

O efetivo de Morretes supera o de Antonina ao longo dos anos que apresentam dados disponíveis, momento em que localmente a quantidade de ocorrências aumenta em Morretes, justificando tanto a realocação do efetivo de Paranaguá, quanto a ampliação do policiamento. Os quadros posteriores para os municípios de Guaqueçaba e Guaratuba apresentam dados apenas pontuais, devido à escassez ou até a não aplicação de policiamento nestes municípios nos anos analisados no recorte temporal deste artigo.

Seguem os quadros 5 e 6 que apresentam a evolução da Força Policial em Guaqueçaba e Guaratuba:

EVOLUÇÃO DO EFETIVO DA FORÇA POLICIAL EM GUARAQUEÇABA (1858)								
ANO / TOTAL EFETIVO	POSTO / GRAD							
	Capitão	Tenente	Alferes	1º Sargento	2º Dito	Cabo	Soldado	Total
1858	0	0	0	0	0	1	5	6

Quadro 5: Evolução do efetivo da Força Policial em Guaqueçaba

Fonte: Elaboração própria.

O Quadro 5 revela um efetivo de 6 policiais em Guaraqueçaba (Guarakessava). Não existem dados ou menções a respeito da movimentação do efetivo em data anterior ou posterior.

Sobre o policiamento na região de Guaratuba, surgem dados para os anos de 1876 e 1877, havendo uma oscilação negativa de 4 policiais em 1876 para 2 policiais em 1877.

EVOLUÇÃO DO EFETIVO DA FORÇA POLICIAL EM GUARATUBA (1876-1877)								
ANO / TOTAL EFETIVO	POSTO / GRAD							
	Capitão	Tenente	Alferes	1º Sargento	2º Dito	Cabo	Soldado	Total
1876	0	0	0	0	0	1	3	4
1877	0	0	0	0	0	0	2	2

Quadro 6: Evolução do efetivo da Força Policial em Guaratuba
Fonte: Elaboração Própria.

Através dos quadros elaborados nesta seção foi possível visualizar, apesar das lacunas, como era dividido o policiamento nos municípios do Litoral da Província do Paraná durante a segunda parte do século XIX. O esforço quantitativo foi válido na medida em que a compilação revela um esforço inicial de estruturação do policiamento estadual na região. Na próxima seção abordo algumas ocorrências atendidas e seus aspectos históricos, este esforço permite reconstruir historicamente as relações sociais e de segurança pública através da reflexão sobre os crimes praticados na região.

Tranquilidade Pública e segurança individual: o perfil das ocorrências

Após discutir quantitativamente a distribuição e evolução do efetivo do litoral do Estado, o seguinte passo é refletir sobre a situação da segurança pública na região através da análise das ocorrências descritas nos relatórios do Presidente da Província. Os relatórios apresentam quadros gerais com as ocorrências atendidas na totalidade da província, complementado com relatos breves dos casos. Optei por nesta seção reproduzir imagens com trechos dos relatórios, para que possa ser apreciada na narrativa original. Primeiramente reproduzo algumas imagens de quadros para visualizar o quantitativo geral das ocorrências, as quais eram pouco volumosas, porém chamavam a atenção da população das pequenas vilas e municípios.

MAPPA dos homicídios, tentativas do mesmo, ferimentos graves, roubos, falsidade, estellionato, tirada de presos, suicídios e mortes casuaes que tiveram logar nesta Provincia do Paraná, durante o anno de 1858.

COMARCAS.	MUNICIPIOS.	CRIMES.											
		Homicídio	Tentativa do mesmo	Ferimentos graves	Ditos leves	Roubos	Estellionato	Tentativa de rapto	Tirada de presos	Falsidade	Suicídios	Mortes por escursão de indios	Mortes casuaes
Curityba	Curityba	6	1	6	5		1	1		1			4
Paranaguá	Principe	5	1		5						1		1
	Antonina					2	1						
	Morretes	1	1	3		2	1		1				1
	Castro	1		3		2			1		1		1
	Guarapuava											4	8
Sommas parciaes.....		13	3	12	10	6	3	1	1	2	2	4	14
Sommas geraes.....		51									2	4	14

OBSERVAÇÕES.

Dos homicídios, dous foram feitos com o fim de roubar, um no rocio desta capital contra um velho chim, por um moço que consta ter más inclinações desde pequeno; e outro no Principe por um individuo da Faxina, que andava em viagem nesta provincia, bem como sua victima, que era mineiro. Dos suicídios um teve logar por enforcamento, e outro suppõe-se que por afogamento. As mortes casuaes aconteceram do seguinte modo: por fulminação 2, por queda de cavallo 2, por armas involuntariamente disparadas contra si pelos pacientes 2, por afogamento (sendo victimas destas as sete praças que seguiram para Matto Grosso com o contingente) 8; sobre o crime de tentativa de rapto procede-se á averiguações.

Repartição da policia do Paraná, em Curityba, 13 de Novembro de 1858

Imagem 3: "Mapa" dos crimes no Paraná em 1858.

Fonte: Relatório do Presidente da Provincia do Paraná (07 de janeiro 1859, Anexo 1).

O trecho do relatório reproduzido revela que no ano de 1858 houve muitos crimes registrados, sobretudo na cidade de Morretes, constando 1 homicídio, 1 tentativa de homicídio, 3 ferimentos graves, 2 roubos, 1 estellionato, 1 falsidade e 1 morte casual. Enquanto em Antonina foi registrado 2 roubos e 1 estellionato.

Outra imagem, mostra a captura de autores de crimes nas cidades litorâneas no intervalo entre 1857 e 1858:

MAPPA dos criminosos capturados nesta Provincia do Paraná desde 17 de Outubro de 1857 até hoje.

LOCALIDADES	NUMERO DOS REOS	QUALIDADES DOS CRIMES								
		Homicídios	Tentativas do mesmo	Verimentos graves	Estelionatos	Dano e uso de armas	Furto de gado	Roubos	Falsidades	Desvirtos
Curityba	15	2	1	4	2	1				3
Principe	17	7	3	3		1			2	3
Rio Negro	3	2								1
Yguassu	4	2				1				1
Votuverava	1		1							
Palmeira	4	3								1
S. José dos Pinhães	4		1	2						1
Paranaguá	6			2						4
Antonina	10	1	1		4			2	1	1
Morretes	27	4		1				21		1
Guaratuba	2	2								
Ponta Grossa.	4	1	1					2		
Castro	5		2							2
Jatahy	1	1								
Somma.....	103	25	10	12	6	3	1	25	3	18

Repartição da policia do Paraná, em Curityba, 13 de Novembro de 1858.

Imagem 4: “Mappa” dos criminosos capturados na Província do Paraná entre 1857-1858
Fonte: Relatório do Presidente da Província do Paraná (07 de janeiro 1859, Anexo 2).

O relatório demonstra uma intensa atividade de captura e prisão de criminosos, com Morretes se destacando com 27 prisões, sendo que deste total 21 foram presos por roubo, dado que chama a atenção, pois quantitativamente a Província apresentou 25 prisões de autores de roubo. Das 25 prisões por roubo, 23 foram no Litoral, sendo que as outras duas aconteceram em Antonina. A grande quantidade de presos por roubo em Morretes apresenta uma discrepância quando verificamos o quantitativo de roubo em 1858, quando são registrados no relatório da Imagem 3, apenas dois roubos em 1858. Uma interpretação possível é que a grande quantidade de prisões teria causado a diminuição das ocorrências de roubo no decorrer de 1858.

No geral são percebidos no breve recorte das ocorrências no litoral entre 1857 e 1858 alguns homicídios, que são representativos considerando a reduzida população da região para a época, e a grande quantidade de roubos e prisões por roubo em Morretes. Ainda insistindo na análise deste dado discrepante quando comparado com outras regiões, uma interpretação é que havia desmandos e uso da força para subtrair bens alheios em virtude da ausência de segurança pública no município. Alguns

cuidados são necessários para que não se cometam anacronias, pois, não devemos pensar os padrões técnicos da aplicação da segurança pública contemporâneos aplicados em meados do século XIX, pois naquele período o policiamento era mais intuitivo e experimental, e muitas vezes relacionado aos interesses políticos e econômicos locais. Deixando a análise subjetiva, a qual não temos elementos nas fontes históricas suficientes para elaborar conclusões, pauto a interpretação apenas em dados quantitativos de ocorrências e de prisões.

Avançando sobre as ocorrências específicas, eram comuns ocorrências envolvendo escravos e imigrantes, inclusive com assassinatos. Reproduzo algumas narrativas destes crimes na região litorânea:

No dia 21 do referido mez na colonia Alessandra, districto de Paranaguá, o italiano José Catani assassinao a um seu compatriota de nome Fontenario. O delinqente foi preso no dia 28, nesta capital quando procurava fugir a acção da justiça. Catani foi condemnado á 14 annos de prisão simples. Houve appellação para a relação do districto.

No dia 10 de Agosto, no districto de Antonina, o allemão Augusto Schereber, tendo uma questão com José, escravo do bacharel Manoel Alves de Araujo, precipitou o referido escravo do caes abaixo, resultando dessa queda a morte do offendido.

Imagem 5: Homicídio de imigrante e de escravo
Fonte: Relatório do Presidente da Província do Paraná (1877, p.15).

No trecho apresentado encontram-se duas situações distintas. A primeira relata o assassinato do italiano Fontenario, compatriota do autor de nome José Catani, prisão efetuada em Curitiba. O caso pode proporcionar a reflexão que também ocorriam desacordos entre imigrantes, levando a situações de agressões, ferimentos e até homicídios como é o caso. Outro ponto de tensão é em relação a propriedade e crimes envolvendo escravos, em que no exemplo exposto o alemão Augusto Schereber assassinou o escravo José, de propriedade do bacharel Manoel Alves de Araújo. Considerando as revoltas de escravos, ocorriam muitas fugas e ações violentas dos escravos em relação aos seus senhores. Todas estas questões sociais, envolviam a segurança pública nestes primeiros anos de atuação da Força Policial na Província do Paraná.

Ainda sobre os distúrbios envolvendo imigrantes, em Paranaguá no ano de 1879 aconteceu um caso envolvendo russos:

DISTURBIO.

Comarca de Paranaguá,

AbriL.—Houve no dia 17 deste mez, na cidade de Paranaguá, segundo telegramma recebido do delegado de policia, um disturbio, sem consequencias funestas, entre os russos que ali se achavão em numero consideravel e alguns nacionaes, sendo levemente contundidos dois cidadãos.

Imagem 6: Distúrbio envolvendo imigrantes russos em Paranaguá
Fonte: Relatório do Presidente da Província do Paraná (1879, p.6).

Por ocasião da situação houve a informação via telegrama do ocorrido. É possível inferir que além das situações envolvendo imigrantes com imigrantes, como o caso do assassinato em Alexandra, existiam ocorrências de brigas generalizadas envolvendo imigrantes e nacionais. No caso acima apresentado existiam grandes diferenças étnicas entre russos e habitantes nativos da região. Apesar de envolver muitas pessoas, os desdobramentos foram pequenos com o saldo de apenas dois cidadãos contundidos. Não é relatado se os contundidos eram nacionais ou russos, mas é possível interpretar que sejam nacionais, considerando que se fossem russos poderiam ser referidos como imigrantes.

Outra ocorrência interessante foi um caso de moeda falsa em Paranaguá em 1879, em que o autor ainda tentou se desfazer das moedas jogando-as na praia. É interessante destacar que após a prisão do autor Domingos Nicolau Julio, foi verificado que a falsificação de moedas tinha correlação com outro caso em Curitiba. É possível verificar nesta situação, assim como a anterior em que o autor do assassinato em Alexandra foi preso em Curitiba, é que o acesso ao litoral era feito pelos criminosos pela Graciosa, o que motivou a Força Policial instalar barreiras para evitar a fuga de criminosos do litoral para Curitiba e de Curitiba para o litoral.

Segue o recorte em que é informado o caso da moeda falsa em Paranaguá e seus possíveis desdobramentos:

INTRODUÇÃO DE MOEDA FALSA METÁLICA.

Comarca de Paranaguá.

Janeiro.—No dia 15 deste mez, na cidade de Paranaguá, Domingos Nicolau Julio, na ocasião em que era preso, por ter promovido desordem, dirigiu-se á praia e jogou ao mar um pacote com moedas falsas de meia onça e de mil novecentos e vinte reis, que depois foram achadas e verificarão os peritos serem falsas. Foi sustentada a pronuncia em 5 de Março no artigo 175 do Código Criminal. Este crime tem relação intima com o que motivou a prisão de Domingos Pezotti e outros na capital.

Imagem 7: Introdução de moeda falsa metálica
Fonte: Relatório do Presidente da Província do Paraná (1879, p.5).

Além das ocorrências, os relatórios também revelam alguns aspectos práticos da atividade policial na província e no litoral, demonstrando que os policiais lotados no litoral passavam por problemas de origem psicológica e falta de estrutura física e logística para o atendimento das ocorrências. Este ponto é interessante destacar pois os primeiros anos foram marcados por diversas dificuldades estruturais, como organização e recrutamento do efetivo, armamento inadequado, bem como dependências administrativas inadequadas como quartéis e casas para os destacamentos. Diante das dificuldades e problemas psicológicos, destaco o suicídio do alferes Francisco Fontoura Mena Barreto, comandante do destacamento de Morretes em 1879:

Comarca de Antonina e Morretes.

Março. —No dia 5 de deste mez, na cidade de Morretes suicidou-se o alferes Francisco da Fontoura Mena Barreto, commandante do destacamento da quella cidade, disparando no craneo um tiro de rewolver.

A autoridade policial procedeu a auto de corpo de delicto e inquerito, que remetteu á promotoria publica.

Imagem 8: Suicídio do Alferes Francisco da Fontoura Mena Barreto
Fonte: Relatório do Presidente da Província do Paraná (1879, p.12).

Na continuidade da análise documental é percebida de forma mais acentuada a debilidade na estrutura no tocante à totalidade da província, que recebia um aumento de praças sem proporcional aumento das instalações dos quartéis e destacamentos, situação que também ocorreria no litoral:

Seguidamente as autoridades policiaes estão reclamando augmento de praças nos destacamentos, mostrando a insufficiencia destes e a impossibilidade em que se acham de emprehender certas diligencias indispensaveis para a manutenção da ordem, prevenção ou repressão de crimes.

Não têm ellas muitas vezes força para perseguir os criminosos, frustando-se a captura d'elles por esse motivo.

Outros, como Conchas, Guaratuba, Guarakessaba, Porto de Cima, S. João do Triumpho, Therezina, Thomasina, Ambrosios, etc., não têm uma só praça destacada.

Imagem 8: Debilidade na estrutura física dos quartéis e destacamentos
Fonte: Relatório do Presidente da Província do Paraná (1886, p.9).

O relato demonstra um aumento do efetivo, mas que ao mesmo tempo que teoricamente havia o avanço no número de praças, não se convertia em maiores índices de prisão de criminosos. É creditado ao problema estrutural a falta de motivação e ânimo, não é relatado, mas em conjunto com a estrutura física insuficiente a alimentação das praças também deveria ser precária, sobretudo com os quartéis e destacamentos cheios.

Dificuldades no recrutamento e problemas físicos nos quartéis e destacamentos

Esta seção retrata alguns problemas locais na estrutura da Força Policial, em que as queixas de falta de efetivo, fardamento e equipamentos adequados surgem a nível estadual, porém, reconhecendo que é um problema conjuntural da Força Policial nos primeiros anos de sua atividade, infere-se que estas mesmas dificuldades eram encontradas nos municípios do litoral. Por mais que os relatórios apresentem um quantitativo de praças, eles poderiam oscilar ao longo do ano. Esse é um problema quando se adota uma medida quantitativa, em que muitas vezes não são captados alguns contextos que

envolvem a flutuação do efetivo de praças. Na imagem seguinte apresento um dos exemplos. No ano de 1856 o comandante da Força Policial era o Capitão Diogo Pinto Homem, e pelo relatório havia a previsão de 67 policiais, mas este número chegou a 59 ao longo do ano, causando preocupação e sendo solicitado pelo menos o dobro do efetivo para o atendimento de todas as demandas de segurança pública.

COMPANHIA DE FORÇA POLICIAL.

Consta, no seu estado completo, de 67 praças commandadas pelo capitão Diogo Pinto Homem. O mappa junto (n.º 11) mostra ser o seu estado effectivo de 59 praças.

Esta companhia auxilia o corpo fixo, tanto no serviço da guarnição, como nas diligencias dirigidas pelas auctoridades policiaes; mas não é sufficientemente numerosa, e conviria que fosse elevada ao dobro, formando um corpo de duas companhias.

O soldo actual de 560 réis diarios é insufficientissimo, do que facilmente nos convenceremos, attendendo ao preço exagerado, a que tem chegado os generos de primeira necessidade no paiz.

Imagem 9: Insuficiências na aplicação da Força Policial
Fonte: Relatório do Presidente da Província do Paraná (março de 1856, p.75).

No último parágrafo é relatado um dos problemas para a manutenção das praças na Força Policial, pois o soldo de 560 réis era muito baixo, quando comparado à inflação do período que corroía o poder de compra dos salários dos primeiros policiais que integravam a corporação.

Na próxima imagem, datada do ano de 1857, são apresentados alguns problemas em relação às estruturas físicas dos quartéis e destacamentos. Neste trecho é citado o comandante do destacamento de Paranaguá, oficial de grande confiança, chamado Joscelyn Augusto Morycines Borba. Após, no segundo parágrafo fala-se da necessidade de novo fardamento para as praças, os quais estavam em processo de elaboração e avaliação. No entanto, o fardamento não parecia ser o problema mais emergencial, pois os armamentos, além de velhos não funcionavam. Considerando que o problema do fardamento e do armamento eram conjunturais da Força Policial, considero que a situação se estendia para o litoral do Estado. Por fim, no terceiro parágrafo é feita a queixa da estrutura da casa que abrigava a companhia da capital nos fundos da cadeia, necessitando de ampliação e reestruturação. Não existem citações sobre os destacamentos localizados no interior do Estado e no litoral, mas eram alugadas casas para receber estas instalações, normalmente bem próximas das cadeias, como é o caso da casa que abrigada a companhia de Curitiba. Segue a imagem com as informações discutidas.

O tenente, de que já falei, e o alferes Joscelyn Augusto Morycines Borba são officiaes de toda a confiança: o primeiro foi chamado para a sala das ordens da presidencia logo que começou a funcionar a repartição do assistente do ajudante general, e o segundo acha-se commandando o destacamento de Paranaguá.

Mandei recentemente fardar de novo as praças da companhia, approvando o figurino que, para esse fim, me foi apresentado pelo respectivo commandante; mas estão ellas ainda sem o necessario equipamento, e servindo-se com armamento velho e imprestavel; cujo adarme me não parece proprio para o serviço em que se emprega esta parte da força publica.

Serve de quartel á companhia uma pequena casa terrea, situada nos fundos da cadeia; e, embora reconheça a sua acanhada capacidade para a conveniente accommodação das praças, entendo que, com algumas construcções mais, pode tornar-se, por em quanto, sufficiente; visto como semelhante força raramente se reúne na capital, e existe quasi sempre disseminada pelas diversas localidades da provincia. E' entretanto indispensavel fornecer aquelle quartel dos utensis necessarios ao seu serviço interno.

Fonte: Relatório do Presidente da Provincia do Paraná (1857, p.16).

Imagem10: Fardamentos e armamentos insuficientes

Na próxima imagem é relatado o uso da força de primeira linha, para diligências de transferências de presos para a cadeia de Curitiba no ano de 1862. Esta era uma prática que exigia o uso da força policial, por mais que esta não era a atividade-fim da força de primeira linha como relatado no documento. Considerando esta informação, e a dificuldade para transportar os presos para a capital devido ao baixo efetivo, que apresentava um deficit total de 54 policiais, percebemos que uma das missões dos policiais do destacamento de Paranaguá era o transporte de presos, mesmo com efetivo muito abaixo do necessário para fazer o transporte com segurança, auxiliando a polícia estadual de terceira linha. Lembrando que a segunda linha se tratava da Guarda Nacional, a qual não era acionada para estas atividades, provavelmente por ser uma força imperial no período.

Força Policial.

**A força policial é tão diminuta que não satisfaz os serviços da policia ;
está reduzida á 1 capitão commandante geral, 1 tenente, 2 alferes, 1 sargento,**

— 11 —

**5 cabos, 16 musicos e 10 soldados, sendo este o estado effectivo, faltando 54
praças para o estado completo.**

**Reconheço que a força de linha não é destinada a certas diligencias da po-
licia ; porém pela necessidade de effectuar as prisões de réos de crimes gra-
ves, e para as quaes envidam as autoridades os maiores esforços, tenho re-
quisitado, varias vezes, praças daquella força, que me ha auxiliado nas
diligencias mais importantes. Exige os mais serios cuidados o risco, que corre
a remessa de presos, pela grande e sensivel falta de força; o que impossibi-
lita, muitas vezes, á que sejam logo recolhidos a prisão desta capital, que
offerece mais garantia.**

Imagem 11: Insuficiência e apoio na condução de presos
Fonte: Relatório do Presidente da Província do Paraná (1862, p.10-11).

O objetivo desta seção foi apresentar alguns problemas estruturais dos primeiros anos de atividade da Força Policial para reproduzir as dificuldades encontradas pelos oficiais e praças que iniciaram o trabalho da Polícia Militar. Estas realidades poderiam ser encontradas em todas as cidades de atuação, inclusive no Litoral do Estado, foco principal deste artigo.

Conclusão

Existem muitas dificuldades para reconstruir a História da Polícia Militar no Litoral do Paraná no período compreendido neste artigo. Não apenas pela distância temporal entre o século XXI e a segunda parte do século XIX, mas também pela escassez de fontes e informações disponíveis localmente. Diante deste desafio, recorri aos documentos oficiais que estão na guarda do Arquivo Público do Paraná como meio de iniciar uma reconstrução da aplicação da Força Policial no Litoral do Estado. Com isto, assim como apresentei nas páginas anteriores, recorri aos relatórios dos presidentes da Província do Paraná e Leis do período provincial. Este material me permitiu verificar algumas questões macro e micro da atuação da polícia militar no litoral do Estado, primeiramente verificando como era distribuído o policiamento nos municípios e suas flutuações ao longo do tempo, e posteriormente trazendo algumas questões sobre o perfil de ocorrências e o relato delas. Nestas duas frentes de análise foi possível perceber as tensões sociais existentes localmente, as dificuldades de

aplicação da polícia nos primeiros anos de criação, e o lugar da Força Policial neste contexto de transição do Brasil Império para República, sobretudo influenciado por questões mais amplas como a Guerra do Paraguai ocorrida entre 1864 e 1870. Com o levantamento do quantitativo do efetivo e o perfil das ocorrências pode ser pensada a reprodução do cenário da Segurança Pública no Litoral do Paraná, bem como se aproximar do contexto histórico regional. As possibilidades de análise dos relatórios e leis provinciais não se esgotam, aponto que este foi um esforço inicial para propor uma História da Polícia Militar no Litoral, iniciando com sua criação e primeiras décadas de existência. Institucionalmente é um esforço interessante, pois carecem de estudos mais específicos sobre o recorte temporal analisado nesta pesquisa.

Fontes:

Leis e Decretos da Província do Paraná. Disponíveis em:

<https://www.administracao.pr.gov.br/ArquivoPublico/Pagina/Leis-e-Decretos-da-Administracao-Provincial>.

Relatórios dos Presidentes da Província do Paraná datados entre 1854 e 1889. Disponíveis em:

<https://www.administracao.pr.gov.br/ArquivoPublico/Pagina/Relatorios-de-Governo>.

Referências bibliográficas:

ALVES, Alessandro Cavassin. **A Província do Paraná (1853-1889): A Classe Política. A Parentela no Governo.** Tese (Doutorado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2014.

BREPOHL, Marion. Paraná: Política e Governo. Volume 4. In: Coleção História do Paraná. Curitiba: SEED, 2001.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

PRIORI, A., et al. **A emancipação política do Paraná. In: História do Paraná: séculos XIX e XX [online].** Maringá: Eduem, 2012. pp. 15-22.

WACHOWICZ, Ruy. **História do Paraná.** 9ª ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001.